


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0008351-54.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **ROSANGELA APARECIDA DA SILVA DOS SANTOS**
 Requerido: **CAIXA SEGUROS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

ROSÂNGELA APARECIDA DA SILVA DOS SANTOS propôs ação de indenização securitária em face de CAIXA SEGUROS. Alega que na data 25 de setembro de 2009, na qualidade de cônjuge do economiário celebrou com a Caixa Seguros contrato de seguro do veículo automotor Voyage Comfortline 1.6 Mi, 8v Flex A/G 4p, cor preta, ano/modelo 2009/2010, placa EAH9109, com vigência entre 25/09/2009 a 25/09/2010. Informa que o pagamento do prêmio se fez em 5 parcelas de R\$ 162,66, vencíveis todo dia 20, iniciando em 20/11/2009. Na data 25 de agosto de 2011, sobreveio o furto do veículo, que se encontrava estacionado em via pública, sendo que foi feito o devido boletim de ocorrência. A autora noticiou a ré sobre a ocorrência do furto, por meio de contato telefônico e escrito, para que fosse aberto o processo de indenização previsto no contrato. A ré, por sua vez, informou que o contrato encontrava-se findado à época do furto, dado que não havia sido renovado, não fazendo a autora jus à indenização pleiteada. Requereu a inversão do ônus probatório, o pagamento de indenização por danos materiais no valor correspondente a R\$ 35.322,00, com correção e juros moratórios.

Encartados à inicial vieram os documentos de fls. 8/37.

Emenda à Inicial para constar no pólo passivo também a Caixa Econômica Federal (fl. 42).

A Caixa Econômica Federal foi citada, apresentando contestação às fls. 47/51, alegando que é parte ilegítima para responder a presente ação, já que o contrato firmado foi entre a autora e a empresa Caixa Seguros S/A, tendo sido a Caixa Econômica Federal apenas intermediária na contratação do seguro. Por sentença (fl. 76), a Caixa Econômica Federal foi excluída do polo passivo da demanda.

Citada, a Caixa Seguradora S/A apresentou contestação às fls. 62/73, alegando que as partes celebraram contrato de seguro automóvel sendo que a autora só acionou a cobertura securitária do seu veículo furtado quase um ano após o encerramento da vigência da apólice. Afirmou que a requerente não renovou o contrato de seguro e tampouco fez qualquer pagamento do prêmio, não podendo a seguradora ser compelida a arcar com custos decorrentes do furto.

Declinou-se a competência para o julgamento da ação para a justiça estadual tendo em vista a legitimidade exclusiva da Caixa Seguros S/A (fls. 76/76v.).

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Fundamento e decido.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. A prova oral mostra-se totalmente desnecessária, ficando desde já, indeferida. Nesse sentido:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

Trata-se de ação de indenização securitária que a autora interpôs diante da ocorrência de sinistro, posto que a ré se negou a prestar a indenização pleiteada.

De início, cumpre observar que se encontra caracterizada a relação de consumo, havendo de um lado um consumidor e de outro um fornecedor. Assim, inequívoca a aplicabilidade das disposições do Código de Defesa do Consumidor, não sendo pertinente, entretanto, a aplicação da inversão do ônus da prova suscitada pela autora.

Ainda que a relação estabelecida entre autora e ré seja uma relação de consumo, a inversão do ônus da prova não é regra absoluta. Essa inversão apenas pode ocorrer quando demonstradas a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência da parte autora, sendo que qualquer desses dois requisitos deve ser apontado pela parte que a requer.

Nesse sentido:

(...) "4. A inversão do ônus da prova com fins à plena garantia do exercício do direito de defesa do consumidor, só é possível quando houver verossimilhança de suas alegações e constatada a sua hipossuficiência a qual deverá ser examinada não só do ponto de vista social, mas, principalmente, do ponto de vista técnico" (AgRg no n. Ag n. 1.355.226/RJ, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/9/2012, DJe 26/9/2012.)

Ao que se pode observar, a autora comprovou a existência de contrato de seguro, fato este não discutido pela ré, bem como a ocorrência do sinistro, ou seja, comprova todo o alegado. Não se pode incumbir à ré, entretanto, prova negativa de seu direito, ou seja, cabia a autora comprovar o pagamento da contraprestação em relação ao serviço contratado. Dessa forma, não se verifica a hipossuficiência suscitada.

Superada tal questão, passo à análise do mérito

Em que pesem as alegações da autora quanto à possibilidade de renovação automática do seguro, não há prova de pagamento de nenhuma parcela em contraprestação. É de conhecimento público que para se manter segurada, a parte contratante deve realizar o pagamento de contraprestação a fim de garantir a indenização nos casos de ocorrência de sinistro. No presente caso, a autora comprova a contratação do seguro em 25/09/2009, bem como o pagamento do primeiro ano do seguro em cinco parcelas, entre 20/11/2009 e 20/03/2009, estando segurada até o dia 25/09/2010.

Transparece ter havido desinteresse de ambas as partes com relação à continuidade do negócio, já que a seguradora não procurou a segurada e esta, por sua vez, também não realizou o pagamento do prêmio, referente ao próximo ano do contrato. Para que o seguro se mantivesse em vigência e tivesse ocorrido a renovação automática, seria necessário que a autora cuidasse de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

realizar o pagamento do prêmio, o que não ocorreu.

Não pode a autora querer alegar que se mantém segurada diante de cláusula de renovação automática, se não realizou o pagamento do prêmio à seguradora contratada, a partir do vencimento do contrato anterior.

Nesse sentido:

RESPONSABILIDADE CIVIL - Indenização -Renovação automática de contrato de seguro -Imprescindível à sua concretização o pagamento do prêmio - Quitação não comprovada pelo autor - Ação improcedente -Apelo desprovido. (...) Consigna-se, apenas, que, corretamente, a r. sentença frisou que para a renovação automática da apólice de seguro vencida, seria imprescindível que houvesse o pagamento do respectivo prêmio, o que o autor não comprovou. (TJSP-APL 9123945712000826 SP 9123945-71.2000.8.26.0000. 6ª Câmara de Direito Privado. Relator: Roberto Solimene. Julgado em 08/11/2011. Publicado em 13/09/2011).

Frise-se que o sinistro se deu em agosto de 2011, ou seja 10 meses após o fim do primeiro ano do contrato. Ainda que existente cláusula de renovação automática no contrato entabulado, cabia à autora o pagamento das contraprestações referentes a esse segundo ano, para que se mantivesse segurada.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE A AÇÃO**, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC.

A autora arcará com as custas e despesas processuais bem como com os honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor dado à causa.

Transitada em julgado, ao arquivo.

P.I.C.

São Carlos, 25 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**